



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PERÍODO

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2015



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PERÍODO

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2015

ÍNDICE

	Página
1. Introdução	3
2. Factos relevantes	4
3. Análise das contas	4
4. Controlo da execução orçamental	10
5. Cumprimento de determinações legais	11
6. Notas finais	14
7. Anexos	16



1. INTRODUÇÃO

A Metro do Porto, S.A. (adiante designada por Metro do Porto) foi constituída em 1993 e tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, o qual foi objeto de diversas alterações, foi atribuída à Metro do Porto a concessão do sistema de metro ligeiro na AMP por um período de 50 anos.

A estrutura acionista da Metro do Porto é a seguinte:

Acionistas	% Capital detido
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Município de Gondomar	0,0001%
Município da Maia	0,0001%
Município de Matosinhos	0,0001%
Município do Porto	0,0001%
Município da Póvoa de Varzim	0,0001%
Município de Vila do Conde	0,0001%
Município de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Os acionistas da Metro do Porto celebraram um Acordo Parassocial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, cuja revisão, embora prevista, não se concretizou.



Nos termos da Base XIII das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da AMP (Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro), foi estabelecido que o financiamento da concessão é assegurado por:

- Receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;
- Eventualmente, pelo produto de empréstimos a contrair pela Metro do Porto.

Conforme previsto na legislação em vigor, designadamente no n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da Metro do Porto, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, compete ao Conselho Fiscal proceder à elaboração do relatório da fiscalização efectuada relativa ao 2.º trimestre de 2015.

2. FACTOS RELEVANTES

Procedemos ao acompanhamento da atividade desenvolvida pela Metro do Porto no segundo trimestre de 2015, sendo de destacar os seguintes factos:

- De modo a assegurar a continuidade da operação do sistema de metro ligeiro e não se tendo concretizado a celebração de um novo contrato de subconcessão, foi assinado um segundo aditamento ao contrato com o atual subconcessionário, prorrogando a sua prestação de serviço até 30 de junho, com a possibilidade de opção por mais um mês;
- Também no que respeita ao funicular dos Guindais foi celebrado um aditamento ao atual contrato de manutenção e operação, que terminou em 31 de dezembro de 2014, em virtude de não ter sido lançado o respetivo concurso público;
- Foi debitado à Prometro o valor definitivo do malus relativo a 2014, apurado de acordo com os cálculos da Metro do Porto;
- Não obstante o programa de saídas voluntárias instituído, o quadro do pessoal mantém-se com uma estrutura bastante mais pesada (96 colaboradores) do que aquela que tinha sido prevista no plano de reestruturação (47 colaboradores até 31 de dezembro de 2014).

3. ANÁLISE DAS CONTAS

Em anexo ao presente relatório são apresentados o Balanço e a Demonstração dos resultados por naturezas reportados a 30 de junho de 2015, os quais foram elaborados de acordo com as disposições previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).



Foram disponibilizados ao Conselho Fiscal os balancetes mensais e as notas técnicas respeitantes à informação mensal operacional e financeira, bem como as atas do Conselho de Administração e diversa documentação. Em reuniões com os administradores e responsáveis pelos serviços foram prestados todos os esclarecimentos solicitados. O Revisor Oficial de Contas, membro deste Conselho Fiscal, prestou informações sobre o trabalho de revisão legal das contas desenvolvido relativamente ao trimestre em análise.

De referir que as contas a 30 de junho de 2015 foram genericamente preparadas de acordo com o princípio do acréscimo no que respeita às principais rubricas de gastos e rendimentos, embora as estimativas, nalguns casos, correspondam ao montante proporcional dos valores contabilizados no período anterior, sem que os respetivos cálculos tenham sido atualizados para 2015.

Procedemos à análise da evolução dos saldos de balanço e à análise comparativa dos saldos das contas de gastos e rendimentos no final do segundo trimestre de 2015 com igual período do ano anterior, que podem ser apreciadas nas demonstrações financeiras apresentadas em anexo. As variações que se entende destacar são as referidas nos pontos seguintes.

3.1 CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Provisões

No período em análise assistiu-se ao reforço do valor acumulado das provisões, o qual apresenta a seguinte decomposição:

Provisões	30-06-2015	31-03-2015	Variação
Renovação dos ativos da concessão (IFRIC 12)	559.914	522.849	37.065
Processos judiciais em curso	48.360	48.360	0
Outras provisões	1.520	1.520	0
Total	609.794	572.729	37.065

(Valores em milhares de euros)

A variação registada resulta do reforço da provisão reconhecida para fazer face à responsabilidade de renovação dos ativos da concessão, a qual decorre da obrigatoriedade definida nas Bases de Concessão de que os bens a esta afetos revertam para o Estado no final do período de concessão, em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

O reforço registado inclui o efeito da atualização financeira da provisão (cerca de 24 M€), que afetou negativamente os resultados do período.



3.1.2 Financiamentos Obtidos

A 30 de junho, a decomposição do saldo da rubrica era a seguinte:

Descrição	Corrente	Não corrente
Empréstimo por obrigações	50.000	0
Empréstimos bancários	1.250	527.000
Empréstimos do Estado/DGTF	176.052	1.701.805
Banco Europeu de Investimento	22.304	620.876
Locação operacional	3.535	180.491
Total	253.141	3.030.172

(Valores em milhares de euros)

De acordo como o previsto no nº 1 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do Setor Público Empresarial), a Metro do Porto encontra-se impedida de contrair novos financiamentos junto da banca, salvo perante instituições financeiras de caráter multilateral. Consequentemente, a cobertura das necessidades de financiamento da empresa tem vindo a ser assegurada por empréstimos do Estado concedidos através da DGTF.

No trimestre em curso, foi recebida a tranche final, no valor de 209 M€, do contrato de financiamento no valor de 266 M€, que havia sido celebrado no primeiro trimestre de 2015.

No segundo trimestre de 2015 foram amortizados os seguintes financiamentos:

- Empréstimos do Estado/DGTF – 176 M€
- Locação operacional – 1,7 M€.

A classificação dos saldos de financiamento entre correntes e não correntes será atualizada no final do ano.

3.1.3 Instrumentos financeiros derivados

O saldo desta rubrica reflete o justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos pela Metro do Porto (swaps de taxa de juro), reportado a 30 de junho, o qual foi determinado por um avaliador independente (a IM Valora Consulting).

A carteira detida manteve-se inalterada no trimestre, sendo composta por quatro instrumentos financeiros derivados. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, apenas um deles se encontra classificado como sendo de cobertura para efeitos contabilísticos, pelo que a flutuação do seu justo valor é registada por contrapartida do capital próprio, enquanto que a flutuação do justo valor dos restantes instrumentos financeiros detidos é reconhecida em resultados.



O quadro seguinte apresenta a evolução desta rubrica:

Instr. financeiros derivados	30-06-2015	31-03-2015	Varição
Não corrente	20.174	25.336	-5.162
Corrente	484.944	523.914	-38.970
Total passivo	505.118	549.250	-44.132

(Valores em milhares de euros)

A evolução no trimestre do mark-to-market dos swaps de taxa de juro detidos foi favorável no montante de cerca de 44 M€, do qual cerca de 3,5 M€ foi reconhecido em capitais próprios, conforme acima referido. Os ganhos apurados permitiram, assim, anular as perdas reconhecidas no primeiro trimestre.

O passivo relativo aos contratos de instrumentos financeiros derivados celebrados com o Banco Santander Totta encontram-se classificados como passivo corrente, em virtude do processo de contencioso em curso. Este processo de contencioso decorre do facto de o Banco Santander Totta ter intentado uma ação contra a Metro do Porto, no sentido de que fosse reconhecida judicialmente a validade dos contratos de instrumentos financeiros derivados celebrados, tendo posteriormente reclamado, por via judicial, o pagamento dos juros devidos, pagamento esse que se encontra suspenso, de acordo com instruções recebidas do Ministério das Finanças.

3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

Ao nível da procura, o segundo trimestre de 2015 registou um aumento face a igual período do ano anterior, com um aumento de cerca de 1,4% do número de validações face ao ano anterior. O indicador passageiros.Km registou um aumento de 2,2% face ao período homólogo de 2014. No que respeita à receita, verificou-se um aumento de 6,1%, registando-se no trimestre uma melhoria da taxa de cobertura global, que passou de 86,6% em 31 de março para 88,5% a 30 de Junho, para a qual contribuiu a redução dos custos da operação.

Conforme consta da demonstração dos resultados anexa, a Metro do Porto apurou um resultado operacional negativo de 50,3 M€, apresentando uma evolução desfavorável face a igual período de 2014, no montante de cerca de 9,4 M€ (-23%). Também ao nível do resultado líquido apurado a evolução foi negativa (redução de cerca de -42,9 M€), tendo sido apurado um resultado negativo de cerca de 126 M€. Este agravamento resulta essencialmente da evolução das rubricas a seguir analisadas.



3.2.1 Atualização financeira da provisão

De acordo com o procedimento habitual, a Metro do Porto procede ao desconto para o momento presente da provisão reconhecida para fazer face à responsabilidade de renovação dos ativos da concessão. O impacto da referida atualização no resultado do período teve a seguinte evolução:

DESCRIÇÃO	30-06-2015	30-06-2014	Variação 2015/2014	
			Valor	%
Atualização financeira da provisão	48.990	5.934	43.056	726%

(Valores em milhares de euros)

A atualização financeira da provisão implicou o reconhecimento de um gasto, que ascendia a 30 de junho a 49,0 M€. Este valor corresponde ao proporcional do gasto total registado em 2014 (98 M€), não tendo sido ainda apurado o valor real de 2015.

3.2.2 Aumentos/reduções de justo valor

As flutuações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos assumiram, no 2.º trimestre de 2015, um impacto favorável nos resultados:

DESCRIÇÃO	30-06-2015	30-06-2014	Variação 2015/2014	
			Valor	%
Perdas por redução do justo valor	0	70.280	-70.280	-100%
Ganhos por aumento de justo valor	27.696	0	27.696	-
<i>Impacto líquido em resultados</i>	27.696	-70.280	97.976	139%

(Valores em milhares de euros)

De acordo com a avaliação efetuada por entidade independente, o mark-to-market dos instrumentos financeiros derivados detidos registou uma evolução positiva de cerca de 44,1 M€ no segundo trimestre, sendo que 40,6 M€ respeita a derivados detidos classificados como de especulação. O ganho reconhecido é inferior à variação da valorização, já que foi anulado o efeito dos juros corridos.



3.3 - ORÇAMENTO PARA 2015

O Orçamento, Plano de Atividades e Indicadores Previsionais de Gestão para o ano de 2015 não foram ainda aprovados em Assembleia Geral da Metro do Porto.

A execução do orçamento em 2015 foi a seguinte:

Descrição	Real Junho 2015	Orçamento Junho 2015	Execução semestral	Orçamento anual 2015	Execução anual
Gastos					
Fornecimentos e serviços externos	22.317	26.382	84,6%	52.880	42,2%
<i>FSE sem modelo intangível (IAS 11)</i>	22.210	21.921	101,3%	43.958	50,5%
Gastos com o pessoal	2.317	994	233,1%	2.130	108,8%
Gastos de depreciação e amortização	29.499	29.519	99,9%	59.038	50,0%
Provisões do período	25.205	21.418	117,7%	40.091	62,9%
Outros gastos e perdas	126	3.465	3,6%	7.116	1,8%
Gastos e perdas de financiamento	103.360	66.753	154,8%	126.561	81,7%
Imposto s/o rendimento período	0	0	0%	0	0%
Total de gastos	182.824	148.531	123,1%	287.816	63,5%
Rendimentos					
Prestações de serviços	20.993	26.469	79,3%	52.939	39,7%
<i>Prest. Serv. sem mod intangível (IAS 11)</i>	20.886	22.008	94,9%	44.017	47,4%
Ganhos por aumento de justo valor	27.696	0	--	0	--
Outros rendimentos e ganhos	8.107	8.237	98,4%	16.475	49,2%
Juros div. e outros rend. similares	0	45	0%	91	0%
Total de rendimentos	56.796	34.751	163,4%	69.505	81,7%
Resultado líquido do período	-126.028	-113.780	--	-218.311	--

(Valores em milhares de euros)

Da análise do quadro acima, importa salientar o seguinte:

- O resultado líquido negativo do período apurado a 30 de junho é superior ao orçamentado para o mesmo período, sendo o desvio desfavorável no montante de 12,2 M€;
- O referido desvio resulta essencialmente do não cumprimento do orçamento ao nível dos gastos, já que se verifica um agravamento destes face ao previsto de 34,3 M€, decorrente principalmente do desvio registado na rubrica "Gastos e perdas de financiamento";



- Do lado dos rendimentos, regista-se um desvio favorável face ao orçamento a 30 de junho, sendo o total de rendimentos superior ao previsto em cerca de 22,0 M€. Contudo, se expurgarmos o impacto da rubrica "Ganhos por aumento de justo valor", que não havia sido prevista em sede de orçamento, conclui-se que o desvio foi desfavorável em cerca de 5,7 M€.

4. CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Metro do Porto encontra-se incluída no grupo das Entidades Públicas Reclassificadas, pelo que o seu orçamento integra o Orçamento do Estado.

Em 2015 foram apresentados os seguintes pedidos de alteração orçamental:

- o primeiro referente à reclassificação da componente das rendas de locação financeira, conforme orientações do Tribunal de Contas, o qual foi deviammente autorizado;
- o segundo resultante da necessidade de dotar a participada Metro do Porto, Consultoria Unipessoal, Lda. de fundos para o cumprimento das suas obrigações, pelo que a rubrica da despesa relativa a ativos financeiros carecia de um aumento de 150 €, pedido ainda não aprovado;
- o terceiro, que, de acordo com as instruções da DGO, completa o primeiro pedido de alteração orçamental apresentado, estendendo-o ao montante das rendas em questão que foram sujeitas a cativação, no valor de 0,8 M€, ainda não aprovado;
- o quarto, que solicita autorização para aplicação em despesa do saldo de gerência de 2014, já aprovado.

Foram ainda apresentados dois pedidos de descativação parcial de verbas, no valor de 77,7 M€, devidamente autorizado.

Os quadros seguintes sintetizam os mapas de controlo da execução orçamental, reportados a 30 de junho de 2015:

Despesa	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Saldos	Grau %
Despesa efetiva	172.890	109.372	93.406	79.484	54%
Ativos financeiros	2	1	1	1	60%
Passivos financeiros	450.348	200.231	200.231	250.118	44%
Total despesa	623.240	309.604	293.638	329.603	47%

(Valores em milhares de euros)

De referir que a dotação da despesa apresentada no quadro anterior reflete as cativações de verbas previstas no Orçamento do Estado para 2015.

Cerca de 68,2% da despesa paga respeita à amortização dos financiamentos obtidos, sendo a despesa efetiva relativa essencialmente a aquisições de serviços e pagamento de juros e encargos bancários.



Receita	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Receita por cobrar	Grau %
Receita efetiva	57.705	26.755	52.134	46%
Passivos financeiros	562.252	266.000	0	47%
Saldo gerência anterior	7.616	7.616	0	100%
Total receita	627.573	300.371	52.134	48%

(Valores em milhares de euros)

Analisando a decomposição da receita, verifica-se que os empréstimos do Estado via DGTF constituem a principal fonte de financiamento, representando 88,6% da receita total cobrada.

O grau de execução global do orçamento da despesa e receita foi de 47% e 48%, respetivamente. A receita cobrada foi superior à despesa paga, tendo sido gerado um excedente no montante de 6,7 M€.

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas e despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido. No final do trimestre, o saldo global (receita efetiva-despesa efetiva) é negativo em 34 M€.

O controlo orçamental e o respetivo reporte passam ainda por controlos manuais e registos extracontabilísticos, situação que, na nossa opinião, representa algum risco.

5. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS

5.1. Deveres de informação

A Metro do Porto cumpriu os deveres especiais de informação legalmente definidos, tendo remetido à Inspeção-Geral de Finanças, à Direção Geral do Tesouro e Finanças e aos membros do Governo responsáveis pelas tutelas financeira e técnica a documentação prevista na lei.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, e dado que o prazo médio de pagamentos da Metro do Porto é superior a 60 dias, foi divulgada no sítio da Internet da empresa uma lista das suas dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias.

A Metro do Porto, na qualidade de Empresa Pública Reclassificada, tem procedido ao registo da informação sobre execução orçamental no suporte informático disponibilizado pela DGO.



5.2. Orientações e Objetivos de Gestão

A Metro do Porto encontra-se vinculada ao cumprimento dos objetivos fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE) e aos definidos pelo Plano Estratégico dos Transportes (PET), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 13 de outubro. Não foram estabelecidos objetivos específicos, para além das metas definidas no Ofício Circular n.º 11156 da DGTF, relativo às instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015.

5.2.1. Redução remuneratória

A Metro do Porto cumpriu com as normas de redução remuneratória dos gestores públicos e equiparados em 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Foram igualmente cumpridas as diretrizes de redução remuneratória até 8%, previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como de não atribuição de prémios de gestão.

5.2.2. Redução de gastos

Os objetivos a atingir ao nível da redução dos gastos encontram-se determinados no Ofício Circular n.º 11156, de 2 de dezembro de 2014, da DGTF.

A 30 de junho, estão a ser cumpridos os objetivos definidos de redução dos gastos, nomeadamente ao nível dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que deverão ser reduzidos conjuntamente em 15% face a 2010, e ao nível dos gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e gastos associados à frota automóvel, que não deverão ultrapassar os montantes incorridos em 2014.

5.2.3. Acréscimo de Endividamento

O Ofício Circular n.º 11156 da DGTF acima referido estipulou o limite máximo de acréscimo ao endividamento para 2015 de 3%, limite esse que não foi ultrapassado, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2014	30-06-2015
Dívida bruta	3.220.741	3.283.313
Bonificação de juros	3.347	3.347
Dívida líquida (*)	3.217.394	3.279.966
% de aumento do endividamento		1,94%

(Valores em milhares de euros)

(*) Financiamento líquido de bonificações de juros obtidas nas operações de financiamento BEI e LEP.



5.2.4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano.

A 31 de dezembro de 2014, a Metro do Porto apresentava um PMP de 162 dias, de acordo a informação divulgada no sítio da Internet da DGTF. A título meramente indicativo, refere-se que este indicador rondará os 116 dias a 30 de junho.

5.2.5. Princípios de bom governo

A Metro do Porto cumpre, na generalidade, os Princípios de Bom Governo fixados no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Com o relatório e contas de 2014, foi igualmente emitido o Relatório do Governo Societário, o qual respeita a estrutura definida nas instruções da DGTF.

O Plano de Igualdade será elaborado pela Autoridade Metropolitana dos Transportes, entidade que será responsável pela criação do cargo de Provedor do cliente.

5.2.6. Unidade de tesouraria

A Metro do Porto tem procurado dar cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, mantendo em contas bancárias apenas os montantes considerados indispensáveis para evitar o descoberto bancário associado à gestão corrente da Empresa e para satisfazer os seus compromissos de financiamento.

No passado mês de Maio, a Metro do Porto solicitou a renovação da autorização concedida ao abrigo do regime de exceção ao princípio da unidade de tesouraria, tendo obtido despacho favorável (Despacho n.º 1130/15-SET, de 24 de Julho), pelo qual foi autorizada a utilização da banca comercial para operações de prestação de garantia bancária, de recolha de fundos ou celebração de qualquer tipo de contrato de locação.

5.2.7. Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2014 foi aprovado pelo Conselho de Administração.

5.3. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

A Metro do Porto assumiu compromissos superiores aos fundos disponíveis, o que viola o disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e à operacionalização da prestação de informação. Deste modo, foi apresentado em janeiro de 2015 o pedido de aumento temporário dos fundos disponíveis, o qual só poderá prosseguir após a DGTF prestar informação quanto aos desembolsos dos empréstimos que irá efetuar ao longo do ano.



De salientar que o controlo dos compromissos é efetuado através do recurso a ficheiros Excel, não permitindo o sistema informático o controlo automático deste tipo de informação.

6. NOTAS FINAIS

A Metro do Porto continua a apurar resultados líquidos negativos, apresentando no seu balanço capitais próprios negativos. Por conseguinte, a continuidade das operações da empresa dependerá da obtenção de resultados positivos no futuro e, essencialmente, da manutenção do apoio do acionista Estado, apoio esse que foi reafirmado pelo seu representante na última Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2015.

De salientar que, não obstante o resultado operacional ser negativo, o resultado líquido negativo apurado decorre essencialmente dos elevados gastos de financiamento incorridos, pelo que seria recomendável a reformulação do modelo de financiamento da Metro do Porto.

Porto, 2 de setembro de 2015

O Conselho Fiscal

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins – Presidente

Dr. Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira – Vogal

António Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C., representada
por Dr. António Monteiro de Magalhães – R.O.C. nº 179 - Vogal



7. ANEXOS

Three handwritten signatures in black ink, located at the bottom right of the page. The signatures are stylized and appear to be initials or names.



Balanço da Metro do Porto, S.A. reportado a 30 de junho de 2015

RUBRICAS	(Valores em milhares de euros)	
	30-06-2015	31-03-2015
ATIVO		
<i>Ativo não corrente</i>		
Ativos fixos tangíveis	3.055	3.087
Ativos intangíveis	2.039.281	2.053.962
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	268	268
	<u>2.042.604</u>	<u>2.057.317</u>
<i>Ativo corrente</i>		
Cientes	41.072	32.351
Estado e outros entes públicos	20.564	21.718
Outras contas a receber	35.340	42.818
Diferimentos	40	35
Outros ativos financeiros	7.949	7.949
Ativos não correntes detidos para venda	3	3
Caixa e depósitos bancários	8.278	6.393
	<u>113.245</u>	<u>111.266</u>
Total do ativo	<u>2.155.849</u>	<u>2.168.583</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	7.500	7.500
Outros instrumentos de capital próprio	225	225
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	(17.707)	(20.508)
Resultados transitados	(2.762.247)	(2.761.480)
Ajustamentos em participações financeiras	1.146	1.146
Subsídios ao investimento	554.021	558.152
Outras variações no capital próprio	3.116	3.116
Resultado líquido do período	(126.027)	(88.891)
Total do capital próprio	<u>(2.399.974)</u>	<u>(2.300.741)</u>
Passivo		
<i>Passivo não corrente</i>		
Provisões	609.794	572.729
Financiamentos obtidos	3.030.172	2.821.172
Instrumentos financeiros derivados	20.174	25.336
	<u>3.660.140</u>	<u>3.419.237</u>
<i>Passivo corrente</i>		
Fornecedores	10.432	4.785
Fornecedores de investimentos	209	226
Estado e outros entes públicos	323	206
Financiamentos obtidos	253.141	430.849
Outras contas a pagar	484.944	523.914
Instrumentos financeiros derivados	86.455	89.927
Outros passivos financeiros	179	179
	<u>835.683</u>	<u>1.050.087</u>
Total do passivo	<u>4.495.823</u>	<u>4.469.324</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>2.155.849</u>	<u>2.168.583</u>



Demonstração dos resultados por naturezas da Metro do Porto, S.A.
do período findo em 30 de junho de 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	(Valores em milhares de euros)	
	Junho 2015	Junho 2014
Réditos		
Serviços prestados (construção)	107	982
Serviços prestados (transporte)	20.434	19.421
Serviços prestados (direitos de utilização)	74	4.190
Outras vendas e serviços prestados	378	359
Outros rendimentos		
Subsídios à exploração	0	5.776
Outros rendimentos e ganhos	8.107	10.765
Gastos e perdas		
Fornecimentos e serviços externos (construção)	(107)	(982)
Fornecimentos e serviços externos (operação e manutenção)	(16.280)	(20.803)
Fornecimentos e serviços externos (direitos de utilização)	(74)	(4.190)
Outros fornecimentos e serviços externos	(5.856)	(2.969)
Gastos com o pessoal	(2.317)	(2.410)
Provisões líquidas	(25.205)	(21.242)
Outros gastos e perdas	(126)	(401)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(20.864)	(11.505)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(29.499)	(29.492)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(50.363)	(40.998)
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0
Juros e gastos similares suportados	(54.370)	(51.751)
Atualização financeira das provisões	(48.990)	(5.934)
Aumentos/Reduções de justo valor	27.696	(70.280)
Resultado antes de impostos	(126.027)	(168.961)
Imposto sobre o rendimento do período	0	0
Resultado líquido do período	(126.027)	(168.961)